

O problema da legitimação política e os Media

Manuel José Lopes da Silva

**Universidade Nova de Lisboa , DCC/FCSH . Professor Catedrático Jubilado,
Presidente da AG/CECL. Portugal.**

**Grupo de Trabalho: Economia e políticas da Comunicação.
IX Congresso IBERCOM
Sevilla-Cádiz, 2006.**

O “legitimationsproblem” de Habermas (1973) é simplesmente a versão actual do clássico “fundamento da soberania” da Filosofia Moral

Na “República” de Platão há uma primeira proposta de resolução de natureza ético-política, naturalmente diferente da de Aristóteles na “Política”

No Medievo a questão é retomada pelo Aquinense, de inspiração aristotélica, mas frisando que “omnes potestas ad Deo per populum”.

Dois grandes filósofos da Renascença, um propondo uma perspectiva cristã, Tomás Moro, outro uma perspectiva pragmática e materialista, Maquiavel, também reflectem sobre a legitimidade política. E a crítica à sociedade de Erasmo mantém-se também fiel aos valores cristãos.

A crise de legitimidade política actual iniciou-se na Renascença quando se dá a cisão entre Ética (Moro) e Política (Maquiavel).

O Humanismo protagonizado por estes dois Filósofos foi contemporâneo de profundas transformações sociais e económicas.

Cai a sistema feudal fechado sobre as Corporações de Ofícios e surge um novo sistema, o Capitalismo Mercantilista caracterizado por grandes Companhias e Bancos com ligações internacionais.

A Ilustração, que vem a seguir não repõe a relação correcta entre as duas disciplinas, antes a exacerba.

Exemplo típico é o da Revolução Americana que na sua Constituição assume a tendência para a corrupção do Poder Político e suscita na Imprensa a missão de ser “Censor of Government”.

O sistema económico da nossa época é designado por Habermas por “Spätkapitalismus” e exhibe uma dependência radical dos Novos Sistemas de Comunicação.

Nesta era Pos-Industrial em que nos encontramos, no Sec.XXI, os Media adquiriram um poder configurante da Sociedade que antes não tinham, e condicionam estreitamente o Poder Político, sem no entanto assumirem uma Responsabilidade Social equivalente.

Por isso os Poderes Económico e Político, tal como os outros sistemas sociais e os Media, têm de adoptar a nova perspectiva de Governança que estabelece controlos sobre as Instituições sociais.

É uma nova Regulação promovida pela Sociedade, com as limitações conhecidas, e que manifestamente ainda não resolverá os problemas que temos estado a examinar.

A questão portanto reside no imperativo dos Media adoptarem uma posição ética face ao Poder Político que, tal como acontece com este, se deve fundamentar em valores transcendentais.